

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 25 de novembro de 1988

Coragem para racionalização da estrutura estatal

Não temos a menor dúvida de que os estados e municípios devem participar do esforço que vem sendo feito para eliminação do déficit público, essencial para contenção da espiral inflacionária nesta fase crítica. E, pelo menos em tese, as unidades da Federação teriam condições para arcar com o ônus de pagar 25% de suas dívidas externa e interna, com aval da União, vencidas e a vencer em 1989. Isto porque os estados e municípios passarão a contar com maior participação no bolo das receitas com a reforma tributária inscrita na nova Constituição em vigor.

Ocorre que, com a aplicação da reforma, começará a ser posta em execução a "Operação Desmonte", que transfere para os governos estaduais e prefeituras encargos até agora de responsabilidade do governo da União. E, como é notório, as unidades federativas beneficiadas vêem-se diante de dificuldades de caixa e contam com a sua maior participação nas receitas como uma tábua de salvação.

No decorrer desta semana, foram procuradas soluções conciliatórias para permitir uma pas-

sagem mais tranqüila do Orçamento Geral da União pelo Congresso Nacional. Como foi noticiado, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, admitiu abrir mão do superávit de 0,07% do Produto Interno Bruto (PIB) de modo a permitir uma redução, no próximo exercício, no pagamento das dívidas dos estados e grandes municípios. Mas insistiu em que o déficit fosse zerado em 1989, o que é tecnicamente correto. O ministro da Fazenda deixou claro, na mesma ocasião, que, para isso, seria preciso efetuar novos cortes, presumindo-se que incluiriam investimentos, já que não poderiam afetar as despesas de pessoal e as transferências aos estados e municípios.

Outras propostas conciliatórias foram feitas ao longo da semana, como a do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que sugeriu escalonar a cobrança de acordo com a capacidade de pagamentos dos devedores, favorecendo os estados e municípios mais pobres. Outras contribui-

ções foram oferecidas por congressistas para equacionamento do problema, mas, como se viu na última quarta-feira, a questão evoluiu para um impasse.

A falta de um entendimento com o presidente José Sarney, governadores de dezessete estados acertaram com a Comissão Mista de Orçamento um esquema não diferenciado de desembolsos. Todos os estados, ricos ou pobres, deixarão de desembolsar 25% de seus empréstimos com aval da União, rolando não mais de 10% do estoque da dívida.

Esse acordo, sem a anuência do presidente da República, poderá representar um confronto de poderes, que seria de todo interesse evitar. E acreditamos que ainda haja tempo para isso. Uma solução que atenda aos interesses da União e dos estados tem de ser encontrada e estamos convictos de que o ponto de partida deve ser um compromisso comum em torno da melhora da produtividade do setor público. Como temos assinalado, o setor privado vai razoavelmente bem, estando os problemas com que se defronta o País localizados no governo, em

todos os níveis, sobrecarregado de gastos de pessoal e com a ineficiência da máquina administrativa. Será preciso coragem, mas estamos convencidos de que a alternativa lógica é a racionalização da estrutura estatal, mesmo que para isso seja necessário o enxugamento das folhas de pessoal. Se tiver condições de crescer, o setor privado poderia absorver a mão-de-obra sobrando, como ocorreu, na fase do Plano Cruzado, com as dispensas ocorridas no mercado financeiro.

Isso provavelmente não eliminará a necessidade de cortes em incentivos e subsídios, procurando-se preservar, naturalmente, aqueles concedidos ao Norte e Nordeste, sob pena de alargar o fosso que separa o desenvolvimento daquelas regiões do do restante do País.

O que nos parece inadmissível é que venha a ser elevada, mais do que o previsto, a carga tributária sobre a atividade econômica. Um aumento maior dos impostos poderá, na realidade, inviabilizar o pacto social que se busca consolidar, já que será inevitável o seu repasse para os preços.